

# **Legislação Temática TJRR**

- 1. APOSENTADORIA E PREVIDÊNCIA**
- 2. APURAÇÕES E PENALIZAÇÕES**
- 3. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**
- 4. AUXÍLIO CRECHE**
- 5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**
- 6. BENEFÍCIOS, GRATIFICAÇÕES, AUXÍLIOS, ETC.**
- 7. CENTRAL DE MANDADOS E OFICIAIS DE JUSTIÇA**
- 8. DIÁRIAS**
- 9. DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL E RITOS**
- 10. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO**
- 11. FÉRIAS, LICENÇAS E AFASTAMENTOS**
- 12. FUNCIONAMENTO DAS UNIDADE JUDICIAIS**
- 13. GAJ E GAD**

14. **GESTÃO DE PROCESSOS (SIMPLIFICAR)**
15. **GESTÃO DE RISCO**
16. **GESTÃO DOCUMENTAL**
17. **GESTÃO PATRIMONIAL**
18. **GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE**
19. **IDENTIDADE INSTITUCIONAL**
20. **INSTALAÇÃO DE UNIDADES**
21. **COMISSÕES, COMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO, ASSESSORIA, PROGRAMAS, ETC.**
22. **JORNADA DE TRABALHO, SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE, ETC.**
23. **LOTAÇÃO PARADIGMA UNIDADE JUDICIAL**
24. **MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO**
25. **MOVIMENTAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES**
26. **NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO**
27. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**
28. **PLANTÃO**
29. **PRECATÓRIOS**
30. **SAÚDE**

### 31. SEGURANÇA

### 32. SUPRIMENTO DE FUNDOS

APOSENTADORIA E PREVIDENCIA					
TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>LEI COMPLEMENTAR</b>	54	2001	EXECUTIVO		<a href="#">Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Estadual de Roraima e dá outras providências. Art. 63</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	38	2014	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Aposenta compulsoriamente, por idade, com efeitos a partir de 11/09/2014, o Des. LUPERCINO DE SÁ NOGUEIRA FILHO no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, com proventos integrais, calculados na forma da lei.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	57	2012	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Regulamenta o complemento de benefícios previdenciários aos servidores do Poder Judiciário.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	32	2012	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Determina que o excedente do montante equivalente à cumulação de proventos e subsídios não está sujeito a qualquer tipo de reajuste, majoração ou correção até que seja coberto pelo subsídio fixado em lei para os Ministros do Supremo Tribunal Federal</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	38	2004	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre a contribuição previdenciária de magistrados e servidores inativos.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	9	2004	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Define Alíquota de Contribuição ao IPERR.</a>
<b>PORTARIA</b>	43	2021	PRESIDENCIA		<a href="#">Prorroga, até 4 de fevereiro de 2021, o prazo para adesão ao Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA 2020, lançado por meio da Portaria GP nº 572, de 29 de dezembro de 2020.</a>
<b>PORTARIA</b>	1153	2016	PRESIDENCIA		<a href="#">Regulamenta os procedimentos, em relação ao IPER, para a concessão do Abono de Permanência aos magistrados e servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Roraima</a>

## APURAÇÕES E PENALIZAÇÕES

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	28	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Instituir o Termo Circunstanciado Administrativo – TCA no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	49	2007	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre a proibição de reuniões, assembleias e manifestações em geral de apreço ou desapeço nos prédios e adjacências pertencentes ao Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	13	2004	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Estabelece consequências administrativas em caso de paralisação dos servidores do Poder Judiciário, a título de greve.</a>
<b>PORTARIA</b>	2162	2016	PRESIDENCIA		<a href="#">Proíbe a prática de compra e venda de bens ou contratação de serviços, alheios ao interesse público, no recinto de todas as unidades do Poder Judiciário, da capital e do interior.</a>

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>LEI COMPLEMENTAR</b>	228	2014	EXECUTIVO		<a href="#">Dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar Estadual nº 221/14 (Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima. Art. 1º</a>
<b>LEI COMPLEMENTAR</b>	227	2014	EXECUTIVO		<a href="#">Dispõe sobre a Organização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima. Art. 23</a>
<b>LEI COMPLEMENTAR</b>	221	2014	EXECUTIVO		<a href="#">Dispõe sobre o Novo Código de Organização. Art. 83</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	6	2018	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera dispositivo da Resolução n.º 32, de 17 de novembro de 2004, que regulamenta a concessão do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	27	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Referenda Atos da Presidência. Portaria n.º 1884, do dia 14.09.2017, publicada no DJE nº 6057 de 15.09.2017.</a>

<b>RESOLUÇÃO</b>	44	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Referenda Portarias da Presidência. Portaria nº 2059, do dia 02.09.2016, publicada no DJE nº 5814 de 05.09.2016.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	24	2014	TRIBUNAL PLENO		Referenda o seguinte ato da Presidência: <a href="#">Portaria n.º 830, de 26 de junho de 2014</a> , publicada no DJE n.º 5297, de 27.06.2014 e <a href="#">Portaria n.º 831, de 26 de junho de 2014</a> , publicada no DJE n.º 5297, de 27.06.2014.
<b>RESOLUÇÃO</b>	20	2012	TRIBUNAL PLENO		Referendar os seguintes atos da Presidência: <a href="#">Portaria nº 536, de 27 de março de 2012</a> , publicada no DJE nº 4761 de 28.03.2012.
<b>RESOLUÇÃO</b>	18	2012	TRIBUNAL PLENO		Altera os artigos 1º e 4º da <a href="#">Resolução nº 032-TP, de 17 de novembro de 2004</a> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	32	2004	TRIBUNAL PLENO	COMPILADO	Regulamenta a concessão do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Judiciário.
<b>PORTARIA</b>	1884	2017	PRESIDENCIA		Fixar o valor do Auxílio-Alimentação pago por este Tribunal, a partir do mês de setembro do ano de 2017, em R\$ 1.424,34 (hum mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos).
<b>PORTARIA</b>	2059	2016	PRESIDENCIA		<a href="#">Fixa, o valor mensal do auxílio alimentação dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a contar de 01.09.2016.</a>
<b>PORTARIA</b>	79	1997	PRESIDENCIA		Determina que o pagamento do auxílio alimentação previsto na <a href="#">Resolução nº 002 de 04.06.97</a> seja efetuado em pecúnia a partir do mês de junho de 1997.

## AUXÍLIO CRECHE

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>LEI COMPLEMENTAR</b>	227	2014	EXECUTIVO		Dispõe sobre a Organização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima. Art. 24
<b>PORTARIA</b>	1476	2014	PRESIDENCIA		Regulamenta os procedimentos para a concessão do Auxílio- Creche aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	408	2003	PRESIDENCIA		Cessa os efeitos da <a href="#">Portaria n.º 691-2002</a>

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Disciplina o estágio probatório no âmbito desta Corte.</a>

## BENEFÍCIOS, GRATIFICAÇÕES, AUXÍLIOS, ETC.

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>LEI COMPLEMENTAR</b>	53	2001	EXECUTIVO		Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima e dá outras providências.
<b>LEI COMPLEMENTAR</b>	10	1194	EXECUTIVO		Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Roraima. Diário Oficial nº 977 de 31 de dezembro de 1994.
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Regulamenta a indenização dos períodos de férias acumulados pelos magistrados, referentes aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e a conversão de dois terço das férias dos Magistrados do Tribunal de Justiça de Roraima em abono pecuniário.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	39	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Atualiza a Política de Gratificação por Encargo de Curso no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima e dá outras providências.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	9	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera e revoga dispositivos da Resolução nº. 33, de 17 de novembro de 2004, que regulamenta a concessão de indenização de transporte aos Oficiais de Justiça.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	36	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Regulamenta a concessão da gratificação natalina no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	30	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre a implementação da ajuda de custo para capacitação profissional aos Magistrados.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	12	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera dispositivos da Resolução/TP n.º 44-2014.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	44	2014	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a ajuda de custo prevista no art. 65, II, da Lei Complementar Federal nº 35/1979, devida aos magistrados do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2014	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre o controle da jornada de trabalho dos servidores e o regime de prestação de serviço extraordinário no Poder Judiciário do Estado de Roraima e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	21	2013	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade, penosidade ou periculosidade aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	5	2011	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta a Ajuda de Custo o no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

<b>RESOLUÇÃO</b>	50	2007	TRIBUNAL PLENO		Altera a <u>Resolução nº 033/04</u> , sobre a concessão de indenização de transportes aos Oficiais de Justiça.
<b>RESOLUÇÃO</b>	26	2005	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta a fixação de residência dos magistrados fora da comarca.
<b>RESOLUÇÃO</b>	4	2005	TRIBUNAL PLENO	COMPILADO	Dispõe sobre a forma de comprovação de dependente legal.
<b>RESOLUÇÃO</b>	33	2004	TRIBUNAL PLENO	COMPILADO	Regulamenta a concessão de indenização de transporte aos Oficiais de Justiça.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	3	2018	NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO		Estabelece orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para concessão do adicional por serviço extraordinário de que tratam os arts. 70 e 71 da Lei nº 053, de 31 de dezembro de 2001.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	2	2018	NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO		Estabelece orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para análise dos pedidos de concessão de direitos e vantagens.
<b>PORTARIA</b>	1134	2016	PRESIDENCIA		<a href="#">Altera dispositivos da Resolução n.º 14, de 06 de abril de 2016.</a>
<b>PORTARIA</b>	1233	2015	PRESIDENCIA		Fixa em R\$ 4.377,73 (quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos) o valor mensal da ajuda de custo para moradia do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	85	2014	PRESIDENCIA		Estabelece as rotinas procedimentais e de execução para pagamento da Gratificação por Encargo de Curso no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	612	2005	PRESIDENCIA		Fixa o valor da ajuda de custo para capacitação dos magistrados, mensalmente, em 30% (trinta por cento) dos vencimentos do cargo.

## CENTRAL DE MANDADOS E OFICIAIS DE JUSTIÇA

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	64	2012	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta a implantação do sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	9	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera e revoga dispositivos da Resolução nº. 33, de 17 de novembro de 2004, que regulamenta a concessão de indenização de transporte aos Oficiais de Justiça.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	31	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera o § 2º do art. 2.º e o art. 18 da Resolução n.º 026/2010 que dispõe sobre a Central de Mandados.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	12	2013	TRIBUNAL PLENO		Altera o art. 4.º da <u>Resolução n.º 026/2010</u> que dispõe sobre a Central de Mandados.
<b>RESOLUÇÃO</b>	26	2010	TRIBUNAL PLENO	COMPILADO	Dispõe sobre a Central de Mandados e revoga a <u>Resolução 005/2002</u> .

<b>RESOLUÇÃO</b>	50	2007	TRIBUNAL PLENO	Altera a <u>Resolução nº 033/04</u> , sobre a concessão de indenização de transportes aos Oficiais de Justiça.
<b>RESOLUÇÃO</b>	33	2004	TRIBUNAL PLENO COMPILADO	Regulamenta a concessão de indenização de transporte aos Oficiais de Justiça.
<b>RESOLUÇÃO</b>	8	2003	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 5-2002</u> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	4	2003	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 05-2002</u> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	12	2002	TRIBUNAL PLENO	Fica revogado o Art. 2º da <u>Resolução n. 005/2002</u> .
<b>PROVIMENTO</b>	5	2017	CORREGEDORIA	Altera redação do art. 4º, incisos VII e IX do Provimento CGJ 002/2017, para ampliar o prazo de cumprimento de mandados cujo rito legal conceda prazo às partes e acrescenta prazo para devolução de mandados de audiências e sessões do Júri.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	4	2018	CORREGEDORIA	Dispõe sobre o cumprimento do art. 5º, § 2º, bem como a observância do anexo 02, tabela C que trata sobre atos dos Oficiais de Justiça - Lei Ordinária n.º 1.157, de 29 de dezembro de 2016, que estabelece normas para a cobrança de custas dos serviços forenses e emolumentos extrajudiciais e dá outras providências.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	3	2018	CORREGEDORIA	Dispõe acerca da padronização de certidões expedidas pelos Oficiais de Justiça do Estado de Roraima, e da observância do prazo para devolução dos mandados judiciais.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	11	2017	JUIZ AUXILIAR	Recomenda aos Oficiais de Justiças a efetivação da juntada devidamente assinados pelos réus, requeridos ou testemunhas, os mandados de citação e intimação, alvarás de solturas no SISTEMA PROJUDI.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	1	2017	CORREGEDORIA	Recomenda aos Diretores de Secretaria que os mandados só deverão ser encaminhados à Central de Mandados depois da comprovação nos autos do recolhimento das custas.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	2	2018	PRESIDENCIA/CORREGEDORIA	Dispõe sobre os valores devidos aos Oficiais de Justiça pelas diligências realizadas, e dá outras providências.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	4	2010	PRESIDENCIA/CORREGEDORIA	Regulamenta a Tabela de Despesa dos Oficiais de Justiça, e dá outras providências.
<b>PORTARIA</b>	42	2015	CORREGEDORIA	Movimentação de paralisados por motivo legal ou específico - SISCOM
<b>PORTARIA</b>	1812	2012	PRESIDENCIA	Regulamenta a Devolução de Mandados no Sistema CNJ-Projudi.
<b>PORTARIA</b>	311	2012	PRESIDENCIA	Implanta o sistema de Banco Nacional de Mandados de Prisão no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	182	2010	PRESIDENCIA	Regulamenta ações na Central de Mandados.
<b>PORTARIA</b>	122	2010	CORREGEDORIA	Tramitação de correspondências eletronicamente.



## DIÁRIAS

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2014	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	13	2014	TRIBUNAL PLENO		Altera o art. 10 da <u>Resolução n.º 03/2014</u> que dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	26	2013	TRIBUNAL PLENO		Altera o artigo 7º, § 3º da <u>Resolução nº 40-TP</u> , de 01 de agosto de 2012.
<b>RESOLUÇÃO</b>	14	2003	TRIBUNAL PLENO		Revoga o art. 9.º da <u>Resolução n.º 034</u> , de 18.12.02.
<b>RESOLUÇÃO</b>	9	2003	TRIBUNAL PLENO		Revoga a <u>Resolução n.º 006</u> , de 01.03.01.
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2002	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a suspensão de viagens e diárias a magistrados e servidores.
<b>PORTARIA</b>	1951	2017	PRESIDENCIA		Altera a tabela de valores de diárias do Poder Judiciário para magistrados e servidores, constante do Anexo III da <u>Portaria n.º 134</u> , de 27.01.2014.
<b>PORTARIA</b>	134	2014	PRESIDENCIA		Estabelece normas e procedimentos complementares à <u>Resolução n.º 03/2014</u> , que dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

## DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL E RITOS

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2018	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Autoriza a distribuição de todos os processos não urgentes e sem liminares a todos os Desembargadores, após a suspensão do prazo previsto no art. 220 do CPC e altera o art. 71 do Regimento Interno do TJRR.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	25	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre a unificação do sistema eletrônico judicial no âmbito deste Tribunal e dá outras providências.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe Sobre a distribuição de processos na Câmara Criminal e na Câmara Cível do TJRR.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	57	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre as deliberações tomadas em reunião administrativa realizada no dia</a>

[24/10/2016.](#)

<b>RESOLUÇÃO</b>	44	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Referenda Portarias da Presidência. Portaria nº 2045, do dia 31.08.2016, publicada no DJE nº 5813 de 1º.09.2016</a>
<b>PORTARIA</b>	414	2018	PRESIDENCIA	Revogar a Portaria GP nº 672/2016.
<b>PORTARIA</b>	1209	2008	PRESIDENCIA	Dispõe sobre a implantação das Tabelas Processuais Unificadas, previstas na Resolução nº 46 do Conselho Nacional de Justiça, no 1º Grau do Poder Judiciário do Estado de Roraima e dá outras providências.
<b>PORTARIA</b>	738	2004	PRESIDENCIA	Dispõe sobre a tramitação de processos, bem como atendimento ao público no Fórum Advogado Sobral Pinto.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	1	210	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA	Regula os procedimentos para a identificação e julgamento, até 31 de dezembro de 2010, dos processos judiciais distribuídos em 1º grau de jurisdição até 31 de dezembro de 2006.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	1	2009	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA	Regula os procedimentos para a identificação e julgamento, até 31 de dezembro de 2009, dos processos judiciais distribuídos em 1º grau de jurisdição até 31 de dezembro de 2005.

## ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	5	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispões sobre a composição das Câmara Reunidas, da Câmara Criminal e da Câmara Cível.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	58	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre as Eleições para os Órgãos Diretivos do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	57	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre as deliberações tomadas em reunião administrativa realizada no dia 24/10/2016.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	36	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre a composição das turmas julgadoras da Câmara Cível deste Tribunal de Justiça.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre a composição da Câmaras Reunidas e das Câmaras Cível e Criminal do Poder Judiciário do Estado de Roraima e outras providências.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	27	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Promove, por acesso, pelo critério de antiguidade, o Juiz de Direito, Dr. LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	10	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre as Eleições Diretas dos Órgãos Diretivos do Poder Judiciário do Estado de</a>

				<a href="#">Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	51	2014	TRIBUNAL PLENO	Permite que, excepcionalmente, a Câmara Única seja presidida pelo Juiz Convocado mais antigo.
<b>RESOLUÇÃO</b>	37	2014	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a formação de órgão colegiado para julgamento de feitos envolvendo organizações criminosas, na forma da Lei Federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012.
<b>RESOLUÇÃO</b>	20	2014	TRIBUNAL PLENO	Designa pelo critério de merecimento o Juiz de Direito Cristovão José Suter Correia da Silva como membro da Turma Recursal.
<b>RESOLUÇÃO</b>	12	2014	TRIBUNAL PLENO	Promove por acesso, pelo critério de merecimento, a Juíza de Direito Dr. <sup>a</sup> Elaine Cristina Bianchi, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	58	2013	TRIBUNAL PLENO	Disciplina a formação de lista tríplice de advogados para ocuparem o cargo de juiz eleitoral, da classe jurista, no caso de haver acordo de cooperação entre o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	5	2013	TRIBUNAL PLENO	Convoca pelo critério de antiguidade, o Juiz de Direito, Dr. César Henrique Alves, para substituir o Des. Lupercino Nogueira, na Câmara Única e no Tribunal Pleno, no período de 07.03 a 01.05.2013.
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2013	TRIBUNAL PLENO	Altera a composição da Câmara Única desta corte de Justiça.
<b>RESOLUÇÃO</b>	13	2012	TRIBUNAL PLENO	Convoca o Juiz de Direito, EUCLYDES CALIL FILHO, para substituir o Des. JOSÉ PEDRO FERNANDES na Câmara Única e Tribunal Pleno, a partir de 15.02.12, até ulterior deliberação.
<b>RESOLUÇÃO</b>	23	2012	TRIBUNAL PLENO	Regulamenta no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, os procedimentos relativos à tramitação dos recursos extraordinários e especiais.
<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2011	TRIBUNAL PLENO	Autoriza as Secretarias do Tribunal Pleno e da Câmara Única a proceder, como uma faculdade, independentemente de despacho da Presidência.
<b>RESOLUÇÃO</b>	14	2010	TRIBUNAL PLENO	Regulamenta a distribuição de processos da Turma Cível da Câmara Única e dá outras providências
<b>RESOLUÇÃO</b>	23	2009	TRIBUNAL PLENO	Regulamenta o trâmite dos recursos Extraordinários e Especiais neste e. Tribunal.
<b>RESOLUÇÃO</b>	23	2004	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 15-1996</u> .

## FÉRIAS, LICENÇAS E AFASTAMENTOS

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
------	----	-----	-------	----------	--------

<b>LEI COMPLEMENTAR</b>	221	2014	EXECUTIVO	Dispõe sobre o Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima. Art. 83.
<b>RESOLUÇÃO</b>	31	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Referendar a decisão da presidência, proferida no evento PR-GAB 0123697, no SEI nº 002772-83.2017.8.23.8000, que altera o artigo primeiro da Resolução TP Nº 03/2017.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Regulamenta a indenização dos períodos de férias acumulados pelos magistrados, referentes aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e a conversão de dois terço das férias dos Magistrados do Tribunal de Justiça de Roraima em abono pecuniário.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	32	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Altera dispositivos da Resolução n.º 51 de 13 de julho de 2011</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	1	2015	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Institui o Comitê Orçamentário de Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	74	2011	TRIBUNAL PLENO	Regulamenta a concessão de férias aos servidores do Poder Judiciário Estadual.
<b>RESOLUÇÃO</b>	51	2011	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre os critérios para a concessão de gozo de férias individuais aos magistrados do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	14	2015	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre o afastamento dos magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima para fins de aperfeiçoamento profissional, a que se refere o artigo 73, inciso I, da Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura nacional) e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	28	2011	TRIBUNAL PLENO	Altera o art. 5º. e o parágrafo único do art. 6º. da <a href="#">Resolução nº. 27/2005</a> – TP.
<b>RESOLUÇÃO</b>	16	2005	TRIBUNAL PLENO	Extingue as Férias Coletivas no Âmbito do Poder Judiciário.
<b>RESOLUÇÃO</b>	30	2003	TRIBUNAL PLENO	Revoga o item I da <a href="#">Resolução n.º 002, de 31.05.2000.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	26	2003	TRIBUNAL PLENO	Regulamenta o Art. 11 da <a href="#">Resolução n.º 46-2001.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2002	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a suspensão de viagens e diárias a magistrados e servidores.
<b>PORTARIA</b>	944	2018	PRESIDENCIA	Determinar que os pedidos de substituições de servidores que gozarão de férias, recesso forense ou folgas relativas a plantões judiciais, sejam realizados com antecedência mínima necessária para o trâmite do procedimento, qual seja, 30 (trinta) dias.
<b>PORTARIA</b>	2391	2017	PRESIDENCIA	Altera a <a href="#">Portaria nº 2352/2017</a> , que disciplina o recesso forense.

## FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES JUDICIAIS

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	4	2002	TRIBUNAL PLENO		Normatiza tramitação de processos para os Juizados Especiais.

<b>RESOLUÇÃO</b>	19	2018	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Regulamenta a utilização do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0 no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, nos termos do artigo 289-A do Código de Processo Penal.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	59	2016	TRIBUNAL PLENO	Altera o funcionamento do Núcleo de Plantão Judicial e Audiências de Custódia (NUPAC); altera a sistemática de trâmite das audiências de custódia, e disciplina o plantão judiciário no 1º e no 2º graus de jurisdição no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, além de outras providências
<b>RESOLUÇÃO</b>	57	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Dispõe sobre as deliberações tomadas em reunião administrativa realizada no dia 24/10/2016.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	54	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Dispõe sobre criação e a operacionalização da Unidade de Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	46	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Dispõe sobre a certificação acerca da tempestividade e preparo da apelação nos termos do NCPC.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	10	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Determina que seja dada preferência de horário às advogadas, públicas e privadas, promotoras, procuradoras do ministério público e demais mulheres gestantes, lactantes e àquelas acompanhadas de crianças de colo.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	35	2015	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Define como obrigatória, no âmbito do Poder Judiciário do Estado Roraima, a utilização da comunicação processual eletrônica.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	20	2015	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Altera e disciplina o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e cria os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	26	2014	TRIBUNAL PLENO	Fixa a competência da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas à Pena Privativa de Liberdade.
<b>RESOLUÇÃO</b>	21	2012	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a regulamentação da utilização do sistema de gravação audiovisual de audiências e sessões do Tribunal do Júri Popular nas serventias judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	64	2011	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre o Programa de Atendimento ao Idoso.
<b>RESOLUÇÃO</b>	33	2011	TRIBUNAL PLENO	Regulamenta a degravação de depoimentos.
<b>RESOLUÇÃO</b>	15	2011	TRIBUNAL PLENO	Altera a competência da 3ª. Vara Cível de Boa Vista.
<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2011	TRIBUNAL PLENO	Autoriza as Secretarias do Tribunal Pleno e da Câmara Única a proceder, como uma

				faculdade, independentemente de despacho da Presidência.
<b>RESOLUÇÃO</b>	4	2011	TRIBUNAL PLENO	Disciplina as atividades nos Juizados Especiais.
<b>RESOLUÇÃO</b>	25	2010	TRIBUNAL PLENO	Estabelece o critério de distribuição de cartas precatórias criminais.
<b>RESOLUÇÃO</b>	8	2010	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a redistribuição de Processos nas Varas e Juizados Criminais.
<b>RESOLUÇÃO</b>	39	2010	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a autorização para ampliação do número de jurados alistados para atuarem junto ao Tribunal do Júri da Comarca de Boa Vista.
<b>RESOLUÇÃO</b>	23	2009	TRIBUNAL PLENO	Regulamenta o trâmite dos recursos Extraordinários e Especiais neste e. Tribunal.
<b>RESOLUÇÃO</b>	16	2009	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a forma de apresentação das informações prestadas pelos Juízes Criminais aos Desembargadores Relatores nos Processos de Habeas Corpus impetrados perante o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2009	TRIBUNAL PLENO	Fixa a competência da 6ª Vara Criminal.
<b>RESOLUÇÃO</b>	12	2008	TRIBUNAL PLENO	Fixa a competência da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista para processar e julgar as causas decorrentes da prática de Crime Organizado e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
<b>RESOLUÇÃO</b>	48	2007	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a tramitação eletrônica de habilitação em casamento, mandado de segurança, precatórias cíveis, precatórias criminais e execução por título judicial e extrajudicial no Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	36	2007	TRIBUNAL PLENO	Fixa a competência da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista para processar e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica.
<b>RESOLUÇÃO</b>	40	2006	TRIBUNAL PLENO	Institui Normas de Funcionamento da Vara da Justiça Itinerante.
<b>RESOLUÇÃO</b>	22	2005	TRIBUNAL PLENO	Estabelece que os processos, procedimentos, atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa portadora de deficiência terão prioridade de tramitação.
<b>RESOLUÇÃO</b>	33	2003	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 11-2001</u>
<b>RESOLUÇÃO</b>	30	2003	TRIBUNAL PLENO	Revoga o item I da <u>Resolução n.º 002, de 31.05.2000.</u>
<b>RESOLUÇÃO</b>	21	2003	TRIBUNAL PLENO	Cria o SELO HOLOGRÁFICO DE AUTENTICIDADE de documentos judiciais.
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2002	TRIBUNAL PLENO	Determina que os processo de réus presos só sejam encaminhados à Corregedoria Geral de Justiça, a partir do dia 04 de abril do corrente ano.
<b>RESOLUÇÃO</b>	9	2002	TRIBUNAL PLENO	Dispõe Sobre o Projeto Conciliação.
<b>RESOLUÇÃO</b>	17	2001	TRIBUNAL PLENO	Determina a redistribuição de processos no âmbito das seguintes Varas da Comarca

					de Boa Vista.
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2001	TRIBUNAL PLENO		Determina ao Excelentíssimo Juízes da 3ª e 4ª Varas Criminais, que façam a devida redistribuição dos processos obedecendo o seguinte critério: processos de finais 0, 1, 2 e 3, para a 3ª Vara; finais 4, 5 e 6, para a 4ª Vara e finais 7, 8 e 9, para a 5ª Vara Criminal.
<b>RESOLUÇÃO</b>	1	2001	TRIBUNAL PLENO		Determina ao Excelentíssimo Juiz da Comarca de São Luiz do Anauá que faça a devida remessa dos processos em que envolvem a jurisdição do Município de Rorainópolis para aquela Comarca.
<b>RESOLUÇÃO</b>	4	199	TRIBUNAL PLENO		Fica criada a Justiça Itinerante, destinada a prestar tutela jurisdicional e administrativa rápida e eficiente às comunidades de termos judiciários e localidades que não são sedes de Comarcas instaladas.
<b>RESOLUÇÃO</b>	20	1996	TRIBUNAL PLENO		Institui normas de funcionamento do 2º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Boa Vista e estabelecer regras de competência, visando à distribuição de trabalho entre o 1º e o 2º Juizados Especiais desta Capital.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	2	2000	CORREGEDORIA	COMPILADO	Dispõe sobre a abertura de conta bancária para depósitos judiciais referentes a processos originários no Tribunal de Justiça do Estado.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	5	2018	CORREGEDORIA		Dispõe sobre a necessidade de autorização para alteração em movimentação processual, quando da impossibilidade de fazê-la pelo servidor da respectiva unidade.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	1	2018	CORREGEDORIA		Dispõe acerca da padronização da expedição de alvarás judiciais para levantamento de soma em dinheiro.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	12	2017	CORREGEDORIA		Dispõe sobre fluxo de rotina da destinação de armas de fogo e munições apreendidas, em caráter excepcional.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	10	2017	CORREGEDORIA		Dispõe sobre recomendação aos Juízes de Direito do Estado de Roraima nas ações de manutenção e reintegração de posse em áreas de grande extensão geográfica e com número elevado de ocupantes irregulares.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	8	2017	CORREGEDORIA		Recomenda às unidades jurisdicionais de 1º Grau a observância do controle da habilitação e desabilitação dos magistrados quando da atuação temporária em determinado Juizado/Vara/Turma/Setor.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	6	2017	CORREGEDORIA		Recomenda ao Juízo da Vara de Execução Penal do Estado de Roraima a observância

				do enunciado da Súmula nº. 533 do STJ.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	4	2017	CORREGEDORIA	Recomenda às unidades jurisdicionais de 1º Grau a observância da normatização contida na Portaria n.º 285/2017 – PTJ/AM, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que dispõe sobre o cadastro e distribuição de cartas precatórias deprecadas ao juízo da comarca de Manaus/AM.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	3	2017	CORREGEDORIA	Recomenda aos Diretores de Secretaria o cumprimento das regras de transição entre servidores responsáveis pelas serventias de 1º Grau, conforme regulamentado no Provimento CGJ nº 02/2017.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	2	2017	CORREGEDORIA	Requisitos para Registro de Brasileiros nascidos no Exterior
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	3	2016	CORREGEDORIA	<a href="#">Recomenda aos juízes que atuam em processos criminais que, após a interposição da apelação, procedam à intimação para apresentação das razões e contrarrazões recursais.</a>
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	2	2016	VARA DE EXECUÇÃO PENAL	Simplifica a relação de documentos que devem acompanhar a Guia de Execução oriunda das unidades judiciais criminais – Art. 134 do Provimento CGJ n.º 002/2014.
<b>PORTARIA</b>	7	2018	VARA DE EXECUÇÃO PENAL	Atestado de Pena.
<b>PORTARIA</b>	6	2018	VARA DE EXECUÇÃO PENAL	Instaurar procedimento para busca de maiores informações quanto a existência de Plano de Saúde Estadual de 2016 para tratamento de Saúde Prisional, no Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	5	2018	VARA DE EXECUÇÃO PENAL	Instaurar procedimento para que a SEJUC/DESIPE adote as providências quanto à reeducandas gestantes e recém-nascidos/infantes, nas unidades prisionais do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	3	2018	VARA DE EXECUÇÃO PENAL	Instaurar procedimento para que a Diretores de Unidades Prisionais/DESIPE/SEJUC, adote as providências necessárias para a atualização das certidões carcerárias no prazo de 03 (três) meses, a exceção da Unidade Prisional Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - PAMC que terá prazo de 06 (seis) meses, tendo em vista o número de presos e as dificuldades verificadas nesta Unidade Prisional.



<b>PORTARIA</b>	2	2018	VARA DE EXECUÇÃO PENAL	Instaurar procedimento para que a SEJUC/DESIPE apresente informações quanto ao número de morte ocorrida de presos após JUNHO de 2017, em que Unidade Prisional ocorreu o óbito do preso, as circunstâncias em que deu o óbito, bem como que informe o número do Inquérito Policial instaurado para a apuração de morte dentro da Unidade Prisional.
<b>PORTARIA</b>	1	2017	VARA DE ENTORPECENTES	Disciplina tramitação de procedimentos sigilosos
<b>PROVIMENTO</b>	2	2018	CORREGEDORIA	Dispõe sobre o arredondamento de valores das tabelas dos emolumentos extrajudiciais (Tabelas anexas à Portaria n.º 03 de 18 de janeiro de 2018).
<b>PROVIMENTO</b>	1	2018	CORREGEDORIA	Disciplina a juntada de mídias de audiência das Unidades Judiciais Criminais no sistema PROJUDI.
<b>PROVIMENTO</b>	3	2017	CORREGEDORIA	Estabelece novas tabelas de emolumentos extrajudiciais.
<b>PROVIMENTO</b>	6	2016	CORREGEDORIA	<a href="#">Dispõe sobre a rotina processual da Secretaria Unificada dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Boa Vista – SUJESC (Cartório Inteligente).</a>
<b>PROVIMENTO</b>	3	2016	CORREGEDORIA	<a href="#">Regulamenta a recepção e o protesto de títulos em meio eletrônico e dá outras providências.</a>
<b>PROVIMENTO</b>	2	2016	CORREGEDORIA	<a href="#">Dispõe sobre os Juizados Especiais e o novo Código de Processo Civil.</a>
<b>PORTARIA</b>	1093	2018	PRESIDENCIA	Serviço de emissão eletrônica e gratuita de certidões negativas.
<b>PORTARIA</b>	2370	2017	PRESIDENCIA	Dispõe sobre a classificação das unidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	2345	2017	PRESIDENCIA	Estabelecer rotinas gerais e uniformes para a aplicação dos procedimentos restaurativos, em 1º grau de jurisdição, no âmbito da Justiça Infanto-juvenil e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, nos termos a seguir.
<b>PORTARIA</b>	1056	2017	PRESIDENCIA	Implantação da Carta Precatória Eletrônica.
<b>PORTARIA</b>	264	2017	PRESIDENCIA	Dispõe sobre a utilização do sistema de videoconferência para realização de audiências no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	389	2016	PRESIDENCIA	<a href="#">Determina que a Seção de Protocolo Judicial remeta os feitos judiciais, que requeiram deliberação urgente, devidamente autuados, para um desembargador, obedecendo-se a ordem de antiguidade dos referidos magistrados, bem como a ordem de recebimento da petição no protocolo.</a>

<b>PORTARIA</b>	140	2016	PRESIDENCIA	<a href="#">Estabelece procedimento de encaminhamento de autos ao Supremo Tribunal Federal.</a>
<b>PORTARIA</b>	2168	2014	PRESIDENCIA	Estabelece que as citações, intimações e notificações das instituições que firmaram os acordos de cooperação com o TJRR devem ser expedidas exclusivamente por meio eletrônico.
<b>PORTARIA</b>	493	2014	PRESIDENCIA	Institui e disponibiliza ao público o serviço de emissão eletrônica e gratuita de certidões negativas Cíveis, Criminais, Militar, bem como de Concordata e Falência no âmbito do TJ/RR.
<b>PORTARIA</b>	1775	2012	PRESIDENCIA	Autoriza a utilização do sistema de audiência por videoconferência no âmbito do Juizado da Infância e Juventude.
<b>PORTARIA</b>	699	2012	PRESIDENCIA	Autoriza a utilização do sistema de audiência por videoconferência em audiências e sessões em todo TJRR.
<b>PORTARIA</b>	1609	2010	PRESIDENCIA	Estabelece a utilização de meio eletrônico para entrega de relatórios aos Julgadores das Sessões da Câmara Única, do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura do TJRR.
<b>PORTARIA</b>	1324	2010	PRESIDENCIA	Normatiza o desarquivamento de procedimentos administrativos.
<b>PORTARIA</b>	591	2003	PRESIDENCIA	Regulamenta o acesso, a circulação e a permanência nas dependências do Poder Judiciário.
<b>PORTARIA</b>	1	2018	NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Dispõe sobre o procedimento no Setor Pré-Processual do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível da Comarca de Boa Vista (CEJUSC Cível).
<b>PORTARIA</b>	1	2017	JUIZADO ESPECIAL UNIFICADO	Determina apresentação de cópia do documento de identificação para liberação de alvará
<b>PORTARIA</b>	1	2016	DIRETORIA DO FÓRUM	<a href="#">Regulamenta, em conformidade com a Portaria Nº 1135 e a Resolução Nº 20, ambas de 2016, expedidas pelo Tribunal Pleno, a gestão de trabalho do Setor de Primeiro Atendimento do Fórum Criminal da Comarca de Boa Vista-RR.</a>
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	2	2006	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA	Determina que todas as Varas da Comarca de Boa Vista, com competência em matéria criminal, realizem a revisão de todos os processos com réus presos

				provisórios, verificando a necessidade da manutenção das prisões.
<b>PORTARIA</b>	67	2017	CORREGEDORIA	Instiui a GUIA PARA EXECUÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE.
<b>PORTARIA</b>	91	2014	CORREGEDORIA	Guia para a execução das penas e medidas não privativas de liberdade.
<b>PORTARIA</b>	15	2011	CORREGEDORIA	Recomendar a todos os Juizes de Direito/Substitutos com jurisdição em matéria criminal, que adotem todas as medidas necessárias para que seja observada a duração razoável do processo, de réus presos.
<b>PORTARIA</b>	75	2006	CORREGEDORIA	Selo holográfico
<b>PORTARIA</b>	68	2006	CORREGEDORIA	Regulamenta a remessa de informações para inclusão de nomes no Sistema Nacional de Procurados e Impedidos - SINPI do departamento da Polícia Federal
<b>PORTARIA</b>	24	2006	CORREGEDORIA	Registro de Imóveis - Entidade Religiosa
<b>PORTARIA</b>	80	2005	CORREGEDORIA	Gratuidade de justiça em habilitação para casamento.

## GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA E GRATICACÃO DE ATIVIDADE DE DESEMPENHO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	49	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º da Resolução nº 14, de 6 de abril de 2016, que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	1	2017	TRIBUNAL PLENO		Referenda atos da Presidência.
<b>RESOLUÇÃO</b>	174	2017	TRIBUNAL PLENO		Altera a Resolução n.º 14/2016, que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	55	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera dispositivos da Resolução n.º 14, de 06 de abril de 2016.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	14	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Regulamenta a concessão da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima e altera a Resolução n.º 49/2014.</a>

<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Regulamenta a concessão da Gratificação Anual de Desempenho – GAD aos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	25	2013	TRIBUNAL PLENO		Altera o art. 11, da <a href="#">Resolução/TP n.º 69/2011</a> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	32	2011	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta a concessão de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	8	2011	TRIBUNAL PLENO		Revoga a <a href="#">Resolução n.º 35/2004</a> – TP que regulamenta a concessão de gratificação de atividade judiciária (GAJ).
<b>PORTARIA</b>	1691	2015	PRESIDENCIA	COMPILADO	Estabelece que a Gratificação Anual de Desempenho - GAD, referente à segunda etapa do ciclo de avaliação de 2015, será concedida aos servidores do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, no percentual de 75% do vencimento inicial do cargo TJ/NM, se o TJRR cumprir integralmente a Meta CNJ n.º 007/2015.
<b>PORTARIA</b>	174	2017	PRESIDENCIA		Altera a <a href="#">Resolução n.º 14/2016</a> , que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	2695	2016	PRESIDENCIA		<a href="#">Altera o art. 2º da Portaria nº 797, de 07 de abril de 2016.</a>
<b>PORTARIA</b>	797	2016	PRESIDENCIA	COMPILADO	<a href="#">Estabelece as metas de desempenho institucional e os critérios de avaliação para fins de pagamento da Gratificação Anual de Desempenho – GAD, para o ciclo de avaliação de 2016, para as unidades judiciais e de apoio direto do 2º grau de jurisdição.</a>
<b>PORTARIA</b>	55	2016	PRESIDENCIA		<a href="#">Altera o art. 2º, IV, “a”, da Portaria n.º 1691, de 29 de setembro de 2015.</a>
<b>PORTARIA</b>	2014	2015	PRESIDENCIA		Divulga a Estatística Anual de Desempenho das Unidades participantes da Gratificação Anual de Desempenho no Ciclo de Avaliação de 2015.
<b>PORTARIA</b>	1921	2015	PRESIDENCIA		Altera o artigo 7º da <a href="#">Portaria 460, de 12 de Fevereiro de 2015</a> (redação dada pela Portaria 1691, de 29 de Setembro de 2015).
<b>PORTARIA</b>	460	2015	PRESIDENCIA		Estabelece metas de desempenho institucional e os critérios de avaliação para fins de pagamento da Gratificação Anual de Desempenho – GAD, para o ciclo de avaliação de 2015.
<b>PORTARIA</b>	2182	2014	PRESIDENCIA		Altera o parágrafo único do art. 4º, o art. 7º, o § 4º do art. 8º e o inciso I do art. 9º, da <a href="#">Portaria n.º 327, de 10 de março de 2014</a> .
<b>PORTARIA</b>	327	2014	PRESIDENCIA	COMPILADO	Estabelece as metas de desempenho institucional e os critérios de avaliação para fins de pagamento da Gratificação Anual de Desempenho – GAD, para o ciclo de

					avaliação de 2014.
<b>PORTARIA</b>	1656	2013	PRESIDENCIA		Altera o art. 2º, § 1º, da <a href="#">Portaria n.º 966/2013</a> .
<b>PORTARIA</b>	966	2013	PRESIDENCIA	COMPILADO	Estabelece metas de desempenho institucional e os critérios de avaliação para fins de pagamento da Gratificação Anual de Desempenho – GAD, para o ciclo de avaliação de 2013.
<b>PORTARIA</b>	2423	2011	PRESIDENCIA		Altera os Anexos I e II da <a href="#">Portaria n.º 2184-2011</a> - GAD-2011.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	4	2018	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA		Dispõe sobre as metas de desempenho institucional e os critérios de avaliação para fins de pagamento da Gratificação Anual de Desempenho – GAD, para o ciclo de avaliação de 2018.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	3	2017	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA		Altera a <a href="#">Portaria Conjunta Presidência e Corregedoria Geral de Justiça n.º 02/2017</a> (Dispõe sobre as metas de desempenho institucional e os critérios de avaliação para fins de pagamento da Gratificação Anual de Desempenho – GAD, para o ciclo de avaliação de 2017)
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	2	2017	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA		Dispõe sobre as metas de desempenho institucional e os critérios de avaliação para fins de pagamento da Gratificação Anual de Desempenho – GAD, para o ciclo de avaliação de 2017. (Alterada pela <a href="#">Portaria conjunta n.º 003/2017</a> )
<b>PORTARIA</b>	1	2017	CORREGEDORIA		Altera parâmetros para metrificação dos resultados de produtividade das unidades de 1º grau para fins de pagamento da GAD nos termos que especifica.
<b>PORTARIA</b>	29	2016	CORREGEDORIA	COMPILADO	<a href="#">Estabelece as metas de desempenho institucional e os critérios de avaliação para fins de pagamento da Gratificação Anual de Desempenho – GAD, para o ciclo de avaliação de 2016.</a>

## GESTÃO DE PROCESSOS (SIMPLIFICAR)

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2018	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Referendar o seguinte ato da Presidência: Portaria n.º 601, do dia 27.04.2018, publicada no DJE n.º 6200 de 02.05.2018.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	1	2016	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Referenda Atos da Presidência. Portaria n.º 278, do dia 27.01.2016, publicada no DJE n.º 5672 de 28.01.2016.</a>

<b>PORTARIA</b>	1570	2017	PRESIDENCIA	Divulgar o calendário da atualização e manualização do Simplificar.
<b>PORTARIA</b>	1569	2017	PRESIDENCIA	Designar os Coordenadores dos Processos de 2º Grau de Jurisdição, para atualização e manualização do Portal Simplificar.
<b>PORTARIA</b>	1568	2017	PRESIDENCIA	Designar os Coordenadores dos Processos de 1º Grau de Jurisdição, para atualização e manualização do Portal Simplificar.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	24	2010	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA	Implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.

## GESTÃO DE RISCO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	26	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e dá outras providências.</a>
<b>PORTARIA</b>	1562	2017	PRESIDENCIA		Institui o Comitê de Gestão de Riscos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

## GESTÃO DOCUMENTAL

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	50	2016	TRIBUNAL PLENO		Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 005, de 05 de fevereiro de 2014</u> , do Tribunal Pleno.
<b>RESOLUÇÃO</b>	33	2016	TRIBUNAL PLENO		Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 05 de 05 de fevereiro de 2014</u> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	5	2014	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a Política de Gestão Documental do Poder Judiciário de Roraima e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	8	2004	TRIBUNAL PLENO		Estabelece normas sobre os documentos, procedimentos e processos sigilosos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	249	2014	PRESIDENCIA		Institui norma de organização do Arquivo Central e dos procedimentos de gestão de

documentos arquivísticos físicos e eletrônicos.

## GESTÃO PATRIMONIAL

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	32	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera Resolução nº 27, de 16 de dezembro de 2009.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera a Resolução nº 56, de 21 de novembro de 2012, que dispõe sobre a permissão de uso e a administração de imóveis residenciais do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima a membros e servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Dispõe sobre a destinação dos imóveis elencados no artigo 97-A do COJERR (com redação dada pelas Leis Complementares nº. 228/2014 e nº. 238/2015).</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	61	2012	TRIBUNAL PLENO		Altera dispositivos da <a href="#">Resolução n.º 56-2012</a> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	56	2012	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a permissão de uso e a administração de imóveis residenciais do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima a membros e servidores do Poder Judiciário do Estado Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	79	2011	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Poder Judiciário nos casos que especifica.
<b>RESOLUÇÃO</b>	27	2009	TRIBUNAL PLENO		Dispõe Sobre os Veículos Oficiais do TJRR.
<b>RESOLUÇÃO</b>	17	2005	TRIBUNAL PLENO		Define a utilização de edificações e áreas urbanizadas pertencentes ao Tribunal de Justiça de Roraima, quanto às modificações de instalações, construções, reformas e leiaute dos imóveis.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	4	2018	NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO		Estabelece orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para desfazimento de bens patrimoniais inservíveis.
<b>PORTARIA</b>	1638	2017	PRESIDENCIA		Altera a <a href="#">Portaria nº 2054-2016</a> , que regulamenta a gestão patrimonial no que concerne ao recebimento e desfazimento/alienação de materiais, desta Corte.

<b>PORTARIA</b>	1092	2018	PRESIDENCIA	Regulamenta o empréstimo dos notebooks e tablets pertencentes ao Projeto Biblioteca Virtual.
<b>PORTARIA</b>	2054	2016	PRESIDENCIA	Regulamenta a gestão patrimonial ao que concerne ao recebimento e desfazimento/alienação de materiais.
<b>PORTARIA</b>	869	2016	PRESIDENCIA	Aprovar o Manual de Gestão Patrimonial do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	734	2009	PRESIDENCIA	Normatiza as atividades da Seção de Almoxarifado.
<b>PORTARIA</b>	798	2003	PRESIDENCIA	Designa responsáveis pelas máquinas de reprografia.

## GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

<b>RESOLUÇÃO</b>	45	2016	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <u>Resolução nº 49</u> , de 31 de outubro de 2014, que regulamenta a concessão da Gratificação de Produtividade (GP) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	19	2016	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 49-2014</u> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	49	2014	TRIBUNAL PLENO	Regulamenta a concessão da Gratificação de Produtividade (GP) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	15	2005	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 34-2004</u> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2004	TRIBUNAL PLENO	COMPILADO Regulamenta a concessão de gratificação de produtividade aos servidores do Poder Judiciário.
<b>RESOLUÇÃO</b>	687	2018	TRIBUNAL PLENO	Estabelecer, a contar de 1º de junho do corrente ano, a concessão da gratificação de produtividade para as unidades e nos quantitativos estabelecidos na tabela do Anexo I, desta Portaria.
<b>RESOLUÇÃO</b>	98	2016	TRIBUNAL PLENO	Altera <u>Portaria CGJ N.º 029/2016</u> . (As medições serão mensais, considerado o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, por ocasião da Correição Remota procedida pela Corregedoria Geral de Justiça, e serão divulgadas para conhecimento e acompanhamento das unidades, permanecendo o período de 01/01/16 a 19/12/2016 para efeito de computo da distribuição.)



## IDENTIDADE INSTITUCIONAL

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2013	TRIBUNAL PLENO		Institui a Cédula de Identidade Funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR - e dispõe sobre seu uso e expedição.
<b>PORTARIA</b>	1708	2015	PRESIDENCIA		Institui a Marca e o Manual de Identidade Visual do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	55	2014	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a utilização da logomarca eletrônica do Selo CNJ Infância e Juventude.
<b>RESOLUÇÃO</b>	53	2014	TRIBUNAL PLENO		Institui o Selo “Parceiros da Justiça” a ser concedido às empresas que colaborarem com a Justiça de Roraima, como forma de reconhecimento e motivação.
<b>RESOLUÇÃO</b>	20	2013	TRIBUNAL PLENO		Altera a <u>Resolução nº 027/2009</u> , para incluir, dentre os veículos oficiais, o de segurança institucional.
<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2013	TRIBUNAL PLENO		Institui a Cédula de Identidade Funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR - e dispõe sobre seu uso e expedição.
<b>RESOLUÇÃO</b>	5	2007	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	20	2002	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta a publicação de expediente forense, na Comarca de Boa Vista, por meio do SISCOM.
<b>PORTARIA</b>	1027	2018	PRESIDENCIA		Instituir a Cartilha de Serviços Terceirizados – Orientações para o trabalho no TJRR.
<b>PORTARIA</b>	1007	2018	PRESIDENCIA		Proibir a veiculação de material de propaganda eleitoral nas dependências do Poder Judiciário, exceto os casos previstos no inciso II do §2º do art. 37 da Lei nº 9.504/97.
<b>PORTARIA</b>	1090	2017	PRESIDENCIA		Atualização cadastral dos servidores desta Corte.
<b>PORTARIA</b>	169	2017	PRESIDENCIA		Dispões Sobre o Uso do Crachá e dá Outras Providências.
<b>PORTARIA</b>	2308	2016	PRESIDENCIA		Altera a <u>Portaria n.º 23, de 05 de janeiro de 2012</u> .
<b>PORTARIA</b>	2169	2016	PRESIDENCIA		Determina a utilização do slogan “Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros” nos documentos oficiais emitidos pelas unidades do Poder Judiciário.

<b>PORTARIA</b>	807	2016	PRESIDENCIA		Institui o Manual de Redação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1460	2013	PRESIDENCIA		Altera dispositivo da Portaria nº 23, de 5 de janeiro de 2012 e fixa os valores correspondentes aos custos de reposição das cédulas de identidade e dos crachás de identificação funcional, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	23	2012	PRESIDENCIA	COMPILADO	Regulamenta a expedição de crachás de identificação e o uso nas dependências do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1179	2008	PRESIDENCIA	COMPILADO	Regulamenta o envio de expedientes de natureza judicial e administrativa para publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) via SICOJURR (Sistema de Comunicação do Poder Judiciário do Estado de Roraima) e dá outras providências.
<b>PORTARIA</b>	532	2006	PRESIDENCIA		Regulamenta o envio de mensagem para publicação na internet.
<b>PORTARIA</b>	449	2006	PRESIDENCIA	COMPILADO	Altera dispositivos da Portaria n.º 591-2003.
<b>PORTARIA</b>	591	2003	PRESIDENCIA	COMPILADO	Regulamenta o acesso, a circulação e a permanência nas dependências do Poder Judiciário.

## INSTALAÇÃO DE UNIDADES

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	17	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Referenda Atos da Presidência.</a> <a href="#">Portaria nº 1076, do dia 24.05.2017, publicada no DJE nº 5983 de 25.05.2017.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	21	2016	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a instalação da Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual, Crimes Praticados Contra Criança e Adolescente, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e Crimes Praticados Contra Idoso, previstos no Estatuto do Idoso.
<b>RESOLUÇÃO</b>	08	2016	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta a instalação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; cria e instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível na Comarca da Capital, e disciplina a sistemática de trâmite das sessões de conciliação e mediação judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, além de outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	19	2014	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a instalação da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas à Pena Privativa de Liberdade e dá outras providências.

<b>RESOLUÇÃO</b>	58	2012	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	8	2010	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a redistribuição de Processos nas Varas e Juizados Criminais.
<b>RESOLUÇÃO</b>	2	2009	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a instalação da Comarca de Bonfim e a redistribuição de processos da Comarca de Boa Vista para a referida Comarca.
<b>RESOLUÇÃO</b>	41	2006	TRIBUNAL PLENO	Determina a Instalação da Vara da Justiça Itinerante.
<b>RESOLUÇÃO</b>	1	2006	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a instalação da Comarca de Pacaraima e a redistribuição de processos da Comarca de Boa Vista para a referida Comarca.
<b>RESOLUÇÃO</b>	18	2005	TRIBUNAL PLENO	Dispões sobre a instalação do 4º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Boa Vista.
<b>RESOLUÇÃO</b>	29	2002	TRIBUNAL PLENO	Revoga a <u>Resolução ° 025/2002</u> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2002	TRIBUNAL PLENO	Determina que os processo de réus presos só sejam encaminhados à Corregedoria Geral de Justiça, a partir do dia 04 de abril do corrente ano.
<b>RESOLUÇÃO</b>	10	2002	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a instalação da Comarca de Alto Alegre e a redistribuição de processos da Comarca de Boa Vista para a referida Comarca.
<b>RESOLUÇÃO</b>	16	2001	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a instalação da 6ª e 8ª Varas Cíveis da Comarca de Boa Vista.
<b>RESOLUÇÃO</b>	5	2001	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a instalação do 3º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Boa Vista.
<b>RESOLUÇÃO</b>	2	2001	TRIBUNAL PLENO	Determina a instalação da 5ª Vara Criminal - competência genérica, nesta Comarca de Boa Vista no dia 31 de janeiro de 2001, ad referendum do Tribunal Pleno.
<b>RESOLUÇÃO</b>	5	2000	TRIBUNAL PLENO	Determina a instalação da Comarca de Rorainópolis, no dia 26 de janeiro de 2001.
<b>PORTARIA</b>	933	2017	PRESIDENCIA	Instalar a Segunda Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista.
<b>PORTARIA</b>	1076	2017	PRESIDENCIA	Dispõe sobre a implantação da Secretaria Unificadas das Varas Criminais, Secretaria Unificada dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Secretaria de Processamento Judicial Eletrônico das Varas Criminais e dos Juizados de Violência Doméstica da Comarca de Boa Vista.
<b>PORTARIA</b>	1075	2017	PRESIDENCIA	Dispõe sobre a instalação do 2.º Juizado de Violência Doméstica da Comarca de Boa Vista.
<b>PORTARIA</b>	1261	2017	PRESIDENCIA	Altera o art. 2º, da <u>Portaria n.º 1075, do dia 24 de maio de 2017</u> .
<b>PORTARIA</b>	1977	2016	PRESIDENCIA	Determina a instalação da 5.ª e da 6.ª Varas Cíveis da Comarca de Boa Vista/RR.

<b>PORTARIA</b>	1077	2016	PRESIDENCIA	Determina a instalação da Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual, Crimes Praticados Contra Criança e Adolescente, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e Crimes Praticados Contra Idoso, previstos no Estatuto do Idoso.
<b>RESOLUÇÃO</b>	12	2018	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Dispõe sobre a instalação da Segunda Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	17	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Referenda Atos da Presidência.</a> <a href="#">* Portaria n.º 1076, do dia 24.05.2017, publicada no DJE nº 5983 de 25.05.2017.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	15	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Dispõe sobre a Diretoria de Gestão de Magistrados - DGM.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	54	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Dispõe sobre criação e a operacionalização da Unidade de Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	43	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Altera dispositivos da Resolução n.º 26, de 15 de junho de 2016.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	26	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Dispõe sobre a instalação das 5ª e 6ª Varas Cíveis de Competência Residual.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	37	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Institui e disciplina o Núcleo Gerenciamento de Precedentes, no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Dispõe sobre a Criação do Sistema de Cartório Unificado nos Juizados Especiais Cíveis de Boa Vista.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	8	2016	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Regulamenta a instalação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; cria e instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível na Comarca da Capital, e disciplina a sistemática de trâmite das sessões de conciliação e mediação judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, além de outras providências.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	58	2012	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública e dá outras providências.
<b>PORTARIA</b>	42	2021	PRESIDENCIA	Institui o Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - INOVAJURR.
<b>PORTARIA</b>	2045	2016	PRESIDENCIA	Altera dispositivos da <a href="#">Resolução n.º 26, de 15 de junho de 2016.</a>

## COMISSÕES, COMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO, ASSESSORIA, PROGRAMAS, ETC.

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
------	----	-----	-------	----------	--------

<b>PORTARIA</b>	574	2021	PRESIDENCIA	Institui o Conselho Interinstitucional Consultivo do Tribunal de Justiça de Roraima - CIC/TJRR.
<b>PORTARIA</b>	528	2021	PRESIDENCIA	Institui o Comitê de Gerenciamento de Crise - COVID -19. ALTERADO pela Portaria n.º 999, dia 31 de agosto de 2021
<b>RESOLUÇÃO</b>	25	2018	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Institui o Código de Ética e de Conduta dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	18	2018	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Revoga parcialmente a Resolução n.º 01, de 10 de fevereiro de 2017, e altera o art. 7º da Resolução n.º 69, de 07 de dezembro de 2016, ambas do Tribunal Pleno.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	4	2018	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Regulamenta o funcionamento do Núcleo de Apoio Técnico Judiciário – NAT-JUS âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	28	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no Tribunal de Justiça de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	21	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Altera a Resolução nº 69/2016.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	16	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Altera a Resolução nº 18/2015 que trata do Plano de Proteção e Assistência aos Juízes em Situação de Risco do Tribunal de Justiça de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	1	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Referenda atos da Presidência.</a> <a href="#">Portaria nº 061, do dia 10.01.2017, publicada no DJE nº 5896 de 11.01.2017 (Portaria revogada pela Resolução n.º 18, de 15 de agosto de 2018). Portaria nº 174, do dia 30.01.2017, publicada no DJE nº 5909 de 31.01.2017.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	69	2016	TRIBUNAL PLENO	Institui Comitê Estadual de Saúde no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (CES/TJRR); autoriza a criação do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário Estadual (NATJUS Estadual), bem como altera a competência da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista.
<b>RESOLUÇÃO</b>	56	2016	TRIBUNAL PLENO	Cria o Centro de Segurança Institucional - CESI.
<b>RESOLUÇÃO</b>	54	2016	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre criação e a operacionalização da Unidade de Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	37	2016	TRIBUNAL PLENO	Institui e disciplina o Núcleo Gerenciamento de Precedentes, no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima
<b>RESOLUÇÃO</b>	20	2015	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Altera e disciplina o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e cria os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, no</a>

âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.

<b>RESOLUÇÃO</b>	67	2012	TRIBUNAL PLENO	Institui, no âmbito do Poder Judiciário, o Grupo Especial de Apoio e Resposta a situações de emergência ou estado de calamidade devido à ocorrência de Desastres (GEARD).
<b>RESOLUÇÃO</b>	30	2012	TRIBUNAL PLENO	Anteriormente publicada como Resolução n. 29, modificada para Resolução n. 30 através de errata. Dispõe sobre a criação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	52	2012	TRIBUNAL PLENO	Cria o Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	35	2012	TRIBUNAL PLENO	Institui e disciplina o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e cria os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	42	2010	TRIBUNAL PLENO	Institui no Tribunal de Justiça do Estado de Roraima o Programa de Justiça Comunitária.
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2010	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a organização da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, define suas atribuições e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	16	2010	TRIBUNAL PLENO	Cria a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	5	2008	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 28-2002</u>
<b>RESOLUÇÃO</b>	49	2007	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a proibição de reuniões, assembleias e manifestações em geral de apreço ou despreço nos prédios e adjacências pertencentes ao Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2006	TRIBUNAL PLENO	Institui os Núcleos de Atendimento e Conciliação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	28	2002	TRIBUNAL PLENO	Cria Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	23	2002	TRIBUNAL PLENO	Cria a Central de Atendimento, Conciliação e Distribuição dos Juizados Especiais da Comarca de Boa Vista.

<b>RESOLUÇÃO</b>	15	2002	TRIBUNAL PLENO	Instituir, junto aos Ofícios de Registro Civil do Estado, Programa Itinerante de Registro.
<b>RESOLUÇÃO</b>	10	2002	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a instalação da Comarca de Alto Alegre e a redistribuição de processos da Comarca de Boa Vista para a referida Comarca.
<b>RESOLUÇÃO</b>	4	1999	TRIBUNAL PLENO	Fica criada a Justiça Itinerante, destinada a prestar tutela jurisdicional e administrativa rápida e eficiente às comunidades de termos judiciários e localidades que não são sedes de Comarcas instaladas.
<b>RESOLUÇÃO</b>	1	2015	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Institui o Comitê Orçamentário de Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2012	TRIBUNAL PLENO	Revoga o inciso V, do artigo 3º e o inciso III, do artigo 5º, ambos da <u>Resolução nº 034/2010</u> .
<b>PORTARIA</b>	1084	2018	PRESIDENCIA	Cria subgrupo de trabalho para fins de otimização do funcionamento do Sistema PROJUD.
<b>PORTARIA</b>	44	2018	SECRETARIA GERAL	Instituir Comissão Especial de Licitação para processamento e julgamento da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TIPO TÉCNICA E PREÇO.
<b>PORTARIA</b>	78	2018	PRESIDENCIA	Designar membros para comporem o Grupo de Trabalho que dará cumprimento ao Provimento CNJ nº 74/2018.
<b>PORTARIA</b>	987	2018	PRESIDENCIA	Instituir o Comitê Gestor de Priorização e Orçamento de Primeiro Grau.
<b>PORTARIA</b>	453	2018	PRESIDENCIA	Instituir a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI, dotada de caráter multidisciplinar, com o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos, promovendo ações eficazes que propiciem a sua inclusão e adequada ambientação.
<b>PORTARIA</b>	307	2018	PRESIDENCIA	Altera a composição da Comissão Examinadora para Realização do II Concurso Público para Provimento de Serventias Extrajudiciais.
<b>PORTARIA</b>	296	2018	PRESIDENCIA	Instituir a Comissão de Avaliação de Desempenho.
<b>PORTARIA</b>	214	2018	PRESIDENCIA	Alterar a composição da Comissão Permanente de Sindicância, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	207	2018	PRESIDENCIA	Determinar a atuação da Equipe de Processamento Remoto junto a Comarca de Caracarái, até ulterior deliberação.

<b>PORTARIA</b>	205	2018	PRESIDENCIA	Alterar a composição da Comissão Examinadora para realização do II Concurso Público para Provisão de Serventias Extrajudiciais.
<b>PORTARIA</b>	2388	2017	PRESIDENCIA	Designar a desembargadora TÂNIA VASCONCELOS para, sem prejuízo de suas atribuições, presidir a Comissão Permanente de Segurança Institucional - CPSI, deste Tribunal.
<b>PORTARIA</b>	2353	2017	PRESIDENCIA	Criar Subgrupo de trabalho, vinculado ao Grupo de Trabalho Técnico de suporte à otimização do funcionamento do sistema PROJUDI no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	2214	2017	PRESIDENCIA	Determinar a atuação da Equipe de Processamento Remoto junto a Vara de Crimes contra Vulneráveis de Boa Vista, até o dia 19/12/2017.
<b>PORTARIA</b>	2195	2017	PRESIDENCIA	Instituir, no âmbito deste Poder Judiciário, o Comitê de Implantação e o Comitê Estratégico, responsáveis pela implantação do Programa de Gestão por Competências com Dimensionamento da Força de Trabalho.
<b>PORTARIA</b>	2168	2017	PRESIDENCIA	Constituir Comissão para realização do VII Processo Seletivo para contratação de estagiários de nível médio do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1966	2017	PRESIDENCIA	Determinar a atuação da Assessoria Jurídica Virtual junto à Primeira Vara da Fazenda Pública, desta Comarca de Boa Vista-RR, pelo período de 90 (noventa) dias.
<b>PORTARIA</b>	1956	2017	PRESIDENCIA	Designa os Desembargadores para comporem a Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP.
<b>PORTARIA</b>	1938	2017	PRESIDENCIA	Designa os membros do Comitê Estadual de Saúde, criado por meio da <u>Resolução TP n.º 69/2016</u> .
<b>PORTARIA</b>	1933	2017	PRESIDENCIA	Altera a composição da Comissão Permanente de Sindicância, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, designada através da <u>Portaria n.º 709, de 15.03.2017</u> , republicada no DJE n.º 5949, de 31.03.2017.
<b>PORTARIA</b>	1819	2017	PRESIDENCIA	Altera o Art. 1º da <u>Portaria n.º 905, do dia 20 de abril de 2017</u> .
<b>PORTARIA</b>	1811	2017	PRESIDENCIA	Institui a Comissão de Segurança da Informação – CSI, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1559	2017	PRESIDENCIA	Designar os Coordenadores dos Processos de 2º Grau de Jurisdição, para atualização e manualização do Portal Simplificar.



<b>PORTARIA</b>	1568	2017	PRESIDENCIA	Designar os Coordenadores dos Processos de 1º Grau de Jurisdição, para atualização e manualização do Portal Simplificar.
<b>PORTARIA</b>	1731	2017	PRESIDENCIA	Constitui o Comitê de Precatórios do Estado de Roraima – COPRERR, previsto na Resolução n.º 158, de 22 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, no Regimento Interno do Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC.
<b>PORTARIA</b>	1730	2017	PRESIDENCIA	Constituir a Comissão do Inventário de Material Permanente para realizar o levantamento dos bens permanentes deste Tribunal de Justiça no exercício de 2017.
<b>PORTARIA</b>	1084	2017	PRESIDENCIA	Alterar a composição da Comissão para a realização do VII Concurso Público do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1082	2017	PRESIDENCIA	Institui o Comitê de elaboração da proposta de adaptação da estrutura do Poder Judiciário do Estado de Roraima à Resolução CNJ nº 219/16.
<b>PORTARIA</b>	925	2017	PRESIDENCIA	Altera a Portaria da <u>Presidência nº 905/2017</u> (Composição do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário)
<b>PORTARIA</b>	905	2017	PRESIDENCIA	Composição e funcionamento do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), no Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	881	2017	PRESIDENCIA	Altera a <u>Portaria n.º 1767 de 19/10/2015</u> que constituiu Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, previsto na Resolução n.º 115, de 29 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
<b>PORTARIA</b>	776	2017	PRESIDENCIA	Institui, em caráter experimental, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a Equipe de Processamento Remoto
<b>PORTARIA</b>	775	2017	PRESIDENCIA	Institui, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a Assessoria Jurídica Virtual subordinada à Presidência
<b>PORTARIA</b>	709	2017	PRESIDENCIA	Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Sindicância, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima
<b>PORTARIA</b>	164	2017	PRESIDENCIA	Designa os Membros do Comitê Estadual de Saúde. Revogada pelo <u>Portaria n.º 862, dia 19 de julho de 2021</u>
<b>PORTARIA</b>	466	2016	PRESIDENCIA	Designa os Membros do Comitê Estadual de Saúde. Revogada pelo <u>Portaria n.º 862, dia 19 de julho de 2021</u>
<b>PORTARIA</b>	2155	2016	PRESIDENCIA	Institui Grupo de Trabalho para coordenar a digitalização do acervo das varas criminais da comarca de Boa Vista e inserção no sistema Projudi.

<b>PORTARIA</b>	1592	2016	PRESIDENCIA		Institui comissão para coordenar a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).
<b>PORTARIA</b>	1579	2016	PRESIDENCIA		Cria a Comissão Permanente de Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1049	2016	PRESIDENCIA		Designa servidores para compor o Comitê Gestor do Clima Organizacional.
	920	2016			Cria o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	919	2016	PRESIDENCIA		Altera dispositivos da <u>Portaria n.º 1.373, de 30 de novembro de 2009</u> .
<b>PORTARIA</b>	629	2016	PRESIDENCIA		Institui comissão para atualização do Regimento Interno do TJRR frente à Lei 13.105, de 16 de março de 2015, o Novo Código de Processo Civil.
<b>PORTARIA</b>	465	2016	PRESIDENCIA		Cria o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1807	2015	PRESIDENCIA		Altera a <u>Portaria n.º 1767 de 19/10/2015</u> que constituiu o Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, previsto na Resolução n.º 115, de 29 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
<b>PORTARIA</b>	1806	2015	PRESIDENCIA		Altera a <u>Portaria n.º 1766 de 19/10/2015</u> que constituiu o Comitê de Precatórios do Estado de Roraima – COPRERR, previsto na Resolução n.º 158, de 22 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, no Regimento Interno do Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC.
<b>PORTARIA</b>	1767	2015	PRESIDENCIA	COMPILADO	Constitui o Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, previsto na Resolução n.º 115, de 29 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
<b>PORTARIA</b>	1544	2015	PRESIDENCIA		Aprovar o Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1395	2015	PRESIDENCIA		Cria a Comissão de Digitalização e Migração do Sistema SISCOM para o Sistema PROJUDI.
<b>PORTARIA</b>	1347	2015	PRESIDENCIA		Cria a Comissão de Gestão Socioambiental no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1109	2015	PRESIDENCIA		Alterar a composição da Comissão de Avaliação Anual de Desempenho – CAAD para o ciclo de avaliação de 2015.

<b>PORTARIA</b>	1012	2015	PRESIDENCIA		Alterar a composição do Grupo de Trabalho Técnico de suporte à otimização do funcionamento do sistema PROJUDI no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	752	2015	PRESIDENCIA		Altera a composição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	800	2014	PRESIDENCIA		Constitui Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	787	2014	PRESIDENCIA		Institui o Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado de Roraima e cria a premiação de Prática Inovadora.
<b>PORTARIA</b>	336	2014	PRESIDENCIA		Constitui o Comitê Gestor do Projeto de Implantação da Gestão por competência.
<b>PORTARIA</b>	1522	2013	PRESIDENCIA		Institui o Programa de Gestão do Clima Organizacional do Poder Judiciário do Estado de Roraima, bem como o Comitê Gestor do Clima Organizacional
<b>PORTARIA</b>	1081	2013	PRESIDENCIA		Cria a Comissão de avaliação e teste do Processo Eletrônico no Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1080	2013	PRESIDENCIA		Cria a Comissão de digitalização dos Processos Físicos Ativos no Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	858	2013	PRESIDENCIA		Cria o Comitê de Suporte à implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	650	2013	PRESIDENCIA	COMPILADO	Constitui a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	166	2013	PRESIDENCIA		Institui o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – NURER/TJRR, órgão permanente de assessoria da Presidência.
<b>PORTARIA</b>	1849	2012	PRESIDENCIA	COMPILADO	Cria a Comissão de Desenvolvimento de Modelos e Fluxos Processuais dos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais da Fazenda Pública e Turma Recursal Cível.
<b>PORTARIA</b>	1574	2012	PRESIDENCIA		Cria a Comissão de Desenvolvimento de Modelos e Fluxos Processuais dos Juizados Especiais Cíveis e Turma Recursal Cível.
<b>PORTARIA</b>	698	2012	PRESIDENCIA		Institui o grupo gestor para acompanhamento do acordo de cooperação técnica 007-2010.
<b>PORTARIA</b>	684	2012	PRESIDENCIA		Dispõe sobre a Criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

<b>PORTARIA</b>	2156	2011	PRESIDENCIA		Cria o Grupo Gestor de Implantação, Acompanhamento e Fiscalização e do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje, no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	2155	2011	PRESIDENCIA		Cria a Comissão de Desenvolvimento de Modelos e Fluxos Processuais.
<b>PORTARIA</b>	906	2010	PRESIDENCIA		Autoriza a constituição da DIEPEMA.
<b>PORTARIA</b>	1373	2009	PRESIDENCIA	COMPILADO	Institui o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF).
<b>PORTARIA</b>	379	2005	PRESIDENCIA		Institui o CONSELHO EDITORIAL do Informativo do Tribunal de Justiça de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	764	2004	PRESIDENCIA		Institui a Comissão Permanente de Arquitetura e Engenharia - COPAE.
<b>PORTARIA</b>	1147	2017	PRESIDENCIA		Cria Grupo de trabalho, responsável pelo acompanhamento da implantação do sistema Projudi no segundo grau de Jurisdição.
<b>PORTARIA</b>	1562	2017	PRESIDENCIA		Institui o Comitê de Gestão de Riscos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	6	2017	PRESIDENCIA		Institui o projeto "Arquivar é Preciso".
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	1	2013	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA		Composição do Grupo Gestor de Acompanhamento e Fiscalização de Metas e Tabelas Processuais Unificadas do CNJ.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	2	2010	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA		Cria a Comissão de Acompanhamento aos Subgestores – CAS da Meta 02 do Conselho Nacional de Justiça.
<b>PORTARIA</b>	53	2017	CORREGEDORIA		Constitui comissão para desenvolvimento e criação de Manual, Cartilha, canais de comunicação via redes sociais e Portal da Ouvidoria.

## JORNADA DE TRABALHO, SUSPENSÃO DE EXPEDIÊNTE, ETC.

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	1	2016	TRIBUNAL PLENO		Referenda Atos da Presidência. <u>Portaria nº 133, do dia 11.01.2016, publicada no DJE nº 5661 de 12.01.2016</u>

<b>RESOLUÇÃO</b>	25	2015	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Suspende a utilização do atual Sistema Eletrônico de Ponto para o registro de frequência diária dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	15	2014	TRIBUNAL PLENO	Referendar os seguintes atos da Presidência: Portaria n.º <a href="#">Portaria n.º 441, de 31 de março de 2014.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2014	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre o controle da jornada de trabalho dos servidores e o regime de prestação de serviço extraordinário no Poder Judiciário do Estado de Roraima e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	10	2014	TRIBUNAL PLENO	Disciplina o expediente forense, a jornada de trabalho e o horário diário dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	7	2010	TRIBUNAL PLENO	Altera a <a href="#">Resolução 005/2009 TP.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	24	2009	TRIBUNAL PLENO	Altera a <a href="#">Resolução n.º 08-2009.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	9	2009	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <a href="#">Resolução n.º 24-2007.</a>
<b>PORTARIA</b>	4	2008	PRESIDENCIA	Estabelece o horário de atendimento da Justiça Itinerante, em relação à Justiça de Trânsito.
<b>PORTARIA</b>	30	2018	PRESIDENCIA	Fixar o horário do expediente, no Palácio da Justiça, de 08:00h às 14:00h, até o dia 19/01/2018. A partir das 14:00h, os serviços ocorrerão sob regime de plantão.
<b>PORTARIA</b>	2352	2017	PRESIDENCIA	Disciplina o expediente das unidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima, no período do recesso forense, sem prejuízo do plantão judicial, e dá outras providências.
<b>PORTARIA</b>	590	2004	PRESIDENCIA	Determina que, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, especialmente nos setores de protocolo, seja adotada a hora oficial gerada pelo Observatório Nacional, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

## LOTAÇÃO PARADIGMA UNIDADE JUDICIAL

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>PORTARIA</b>	2183	2014	PRESIDENCIA		Aprova a tabela de lotação mínima de servidores das unidades deste Tribunal, conforme Anexo Único desta Portaria;

## MEDIÇÃO E CONCILIAÇÃO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	8	2016	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta a instalação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; cria e instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível na Comarca da Capital, e disciplina a sistemática de trâmite das sessões de conciliação e mediação judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, além de outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	4	2011	TRIBUNAL PLENO		Disciplina as atividades nos Juizados Especiais.
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2006	TRIBUNAL PLENO		Institui os Núcleos de Atendimento e Conciliação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	23	2002	TRIBUNAL PLENO		Cria a Central de Atendimento, Conciliação e Distribuição dos Juizados Especiais da Comarca de Boa Vista.
<b>PORTARIA</b>	122	2005	CORREGEDORIA		Normas administrativas referentes aos conciliadores e demais servidores dos Juizados Especiais vinculados a Corregedoria Geral de Justiça.

## MOVIMENTAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Disciplina o estágio probatório no âmbito desta Corte.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	66	2016	TRIBUNAL PLENO		Referenda atos da Presidência. <a href="#">Portaria nº 2606, do dia 30.11.2016, publicada no DJE nº 5869 de 01.12.2016.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	15	2016	TRIBUNAL PLENO		Acrescenta o § 3º. ao art. 5º. da <a href="#">Resolução nº. 55, de 20 de julho de 2011.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	44	2013	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre a remoção e permuta dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário do Estado de Roraima e revoga a <a href="#">Resolução do Tribunal Pleno n.º 055, de 21 de outubro de 2012.</a>

<b>RESOLUÇÃO</b>	53	2012	TRIBUNAL PLENO	Altera o art. 4.º da <u>Resolução n.º 026/2006</u> que dispõe sobre a designação de pregoeiro.
<b>RESOLUÇÃO</b>	55	2011	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a cessão de servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	30	2004	TRIBUNAL PLENO	Revoga a <u>Resolução n.º 020, de 29 de agosto de 2001</u> , e a <u>Resolução n.º 014, de 15 de maio de 2002</u> , a contar de 03 de novembro de 2004.
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2003	TRIBUNAL PLENO	Revoga a <u>Resolução n.º 003, de 27.06.97</u> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	12	2001	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a Vacância de Desembargadores.
<b>RESOLUÇÃO</b>	6	1995	TRIBUNAL PLENO	Estabelece normas e os critérios para avaliação do estágio confirmatório de juízes vitaliciandos.
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	6	2018	CORREGEDORIA	Dispõe sobre a permanência de servidor na unidade enquanto não finalizado o processo de remoção, salvo em situação de falta funcional.
<b>PORTARIA</b>	1756	2016	PRESIDENCIA	Regulamenta a substituição de magistrados nos casos de férias, licenças, afastamentos, ausências, impedimentos e suspeições.
<b>PORTARIA</b>	600	2010	PRESIDENCIA	Regulamenta a Substituição a Escrivãs.
<b>PORTARIA</b>	42	2005	PRESIDENCIA	Aprova o modelo de ficha de avaliação de desempenho para fins de estágio probatório.
<b>PORTARIA CONJUNTA</b>	1	2017	PRESIDENCIA/ CORREGEDORIA	Dispõe sobre período inicial do processo de remoção e promoção de magistrados nas unidades judiciais da Comarca de Boa Vista e designa magistrados para Comarcas do Interior.

## NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	38	2006	TRIBUNAL PLENO		Dispõe sobre regras para o cumprimento da Resolução 07 do Conselho Nacional de Justiça.
<b>PORTARIA</b>	1050	2005	PRESIDENCIA		Estabelece Regras Para o Cumprimento da resolução n.º 07 do Conselho Nacional de Justiça.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2015	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Aprova o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR, para o sexênio 2015-2020</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	11	2010	TRIBUNAL PLENO		Referendar o seguinte ato da Presidência: Portaria n.º 677, do dia 30 de março de 2010, publicada no DJE n.º 4287, de 31.03.2010. (Aprovar e instituir, “ad referendum” do Tribunal Pleno, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado de Roraima, que objetiva estabelecer a estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima para o quinquênio 2010-2014.)
<b>PORTARIA</b>	852	2014	PRESIDENCIA	COMPILADO	Institui o Plano de Trabalho e o Comitê de Elaboração do Plano Estratégico para o sexênio 2015 – 2020 do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

## PLANTÃO

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	59	2016	TRIBUNAL PLENO		Altera o funcionamento do Núcleo de Plantão Judicial e Audiências de Custódia (NUPAC); altera a sistemática de trâmite das audiências de custódia, e disciplina o plantão judiciário no 1º e no 2º grau de jurisdição no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, além de outras providências
<b>RESOLUÇÃO</b>	3	2011	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta o plantão mensal para que acusados ou processados possam cumprir a obrigação de informar ou justificar as suas atividades.
<b>PORTARIA</b>	510	2018	PRESIDENCIA		Designar os Juízes de Direito titulares das unidades a seguir relacionadas, para, sem prejuízo de suas atividades jurisdicionais, atuarem no Núcleo de Plantão Judicial e



Audiências de Custódia, durante os meses de julho a dezembro de 2018.

Providências a serem observadas pelos Juízos responsáveis pelo Plantão (recebimento de expedientes alusivos à "Lei Maria da Penha").

**PORTARIA**

92

2015

CORREGEDORIA

## PRECATÓRIOS

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	25	2016	TRIBUNAL PLENO		Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 09, de 16 de fevereiro de 2011</u> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	9	2011	TRIBUNAL PLENO	COMPILADO	Consolida a regulamentação vigente sobre os procedimentos atinentes às requisições de pagamento e dispõe sobre o processamento dos precatórios e requisições de pequeno valor no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	63	2016	TRIBUNAL PLENO		Altera dispositivos da <u>Resolução n.º 09, de 16 de fevereiro de 2016</u> .
<b>PORTARIA</b>	1807	2015	PRESIDENCIA		Altera a <u>Portaria n.º 1767 de 19/10/2015</u> que constituiu o Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, previsto na Resolução n.º 115, de 29 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
<b>PORTARIA</b>	1806	2015	PRESIDENCIA		Altera a <u>Portaria n.º 1766 de 19/10/2015</u> que constituiu o Comitê de Precatórios do Estado de Roraima – COPRERR, previsto na Resolução n.º 158, de 22 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, no Regimento Interno do Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC.
<b>PORTARIA</b>	1767	2015	PRESIDENCIA		Constitui o Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, previsto na Resolução n.º 115, de 29 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
<b>PORTARIA</b>	1766	2015	PRESIDENCIA	COMPILADO	Constitui o Comitê de Precatórios do Estado de Roraima – COPRERR, previsto na Resolução n.º 158, de 22 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, no Regimento Interno do Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC.
<b>PORTARIA</b>	161	2013	PRESIDENCIA		Constitui o Comitê de Precatórios do Estado de Roraima – COPRERR, previsto na Resolução n.º 158, de 22 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, no Regimento Interno do Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC.

## SAÚDE

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>RESOLUÇÃO</b>	21	2017	TRIBUNAL PLENO		<a href="#">Altera a Resolução nº 69/2016.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	69	2016	TRIBUNAL PLENO		Institui Comitê Estadual de Saúde no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (CES/TJRR); autoriza a criação do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário Estadual (NATJUS Estadual), bem como altera a competência da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista.
<b>RESOLUÇÃO</b>	18	2004	TRIBUNAL PLENO		Regulamenta a concessão de Plano de Assistência à Saúde no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	996	2018	PRESIDENCIA		Tornar público os novos valores das mensalidades do plano de saúde da empresa FAMA, a partir de 02/09/2018.
<b>PORTARIA</b>	1790	2017	PRESIDENCIA		Tornar público os novos valores das mensalidades do plano de saúde da empresa FAMA, a partir de 02.09.2017.
<b>PORTARIA</b>	61	2017	PRESIDENCIA		Suspende o art. 7º da <a href="#">Resolução n.º 69, de 07 de dezembro de 2016</a> do Tribunal Pleno.
<b>PORTARIA</b>	1993	2016	PRESIDENCIA		Torna pública a proposta final dos valores apresentada pela empresa Federação das Unimed's da Amazônia - FAMA.
<b>PORTARIA</b>	1037	2014	PRESIDENCIA		Regulamenta o Programa de Qualidade de Vida e Saúde dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
<b>PORTARIA</b>	1066	2010	PRESIDENCIA		Adota as normas da Junta Médica Oficial do Estado de Roraima, enquanto o TJRR não dispuser de junta própria, aos servidores do Poder Judiciário, que necessitarem de perícia.

## SEGURANÇA

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
------	----	-----	-------	----------	--------

<b>RESOLUÇÃO</b>	25	2018	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Institui o Código de Ética e de Conduta dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	16	2017	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Altera a Resolução nº 18/2015 que trata do Plano de Proteção e Assistência aos Juízes em Situação de Risco do Tribunal de Justiça de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	71	2016	TRIBUNAL PLENO	Altera a <a href="#">Resolução nº 18 de 05 de agosto de 2015</a> (Plano de Proteção e Assistência aos Juízes em Situação de Risco do Tribunal de Justiça de Roraima)
<b>RESOLUÇÃO</b>	56	2016	TRIBUNAL PLENO	Cria o Centro de Segurança Institucional - CESI.
<b>RESOLUÇÃO</b>	6	2016	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
<b>RESOLUÇÃO</b>	18	2015	TRIBUNAL PLENO	<a href="#">Aprova o Plano de Proteção e Assistência aos Juízes em Situação de Risco do Tribunal de Justiça de Roraima.</a>
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2012	TRIBUNAL PLENO	Revoga o inciso V, do artigo 3º e o inciso III, do artigo 5º, ambos da <a href="#">Resolução nº 034/2010</a> .
<b>RESOLUÇÃO</b>	34	2010	TRIBUNAL PLENO	Dispõe sobre a organização da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, define suas atribuições e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÃO</b>	8	2004	TRIBUNAL PLENO	Altera dispositivos da <a href="#">Resolução n.º 28-2002</a> .
<b>PORTARIA</b>	39	2011	PRESIDENCIA	Dispõe sobre a entrada de pessoas armadas nas repartições do Poder Judiciário Estadual.
<b>PORTARIA</b>	459	2010	PRESIDENCIA	Regulamenta a entrada de cão guia nas dependências do Poder Judiciário.

## SUPRIMENTO DE FUNDOS

TIPO	Nº	ANO	SETOR	SITUAÇÃO	EMENTA
<b>PORTARIA</b>	826	2015	PRESIDENCIA		Dispõe sobre a aprovação da 1ª Edição do Manual de Normas e Procedimentos para Utilização de Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamento do Poder Judiciário do Estado de Roraima - CPPJE.
<b>PORTARIA</b>	99	2014	PRESIDENCIA		Disciplina a solicitação, a concessão, a aplicação e a prestação de contas de Suprimento de Fundos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

